Viva Maria de Lourdes Vale Nascimento e as negras comunicadoras

» RACHEL QUINTILIANO
Jornalista, podcaster, ativista, colunista da **Revista Raça** *e membro-fundadora da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do DF*



Que nossos passos vêm de longe não há dúvida. A população negra no Brasil se articulou rapidamente, primeiro, por liberdade dos corpos e por existência (e segue fazendo isso até hoje) e, depois, para construir as próprias narrativas sobre o que significa ser negro neste país. A despeito do pouco diálogo sobre o assunto, a imprensa ou a mídia negra e a participação das mulheres negras são motivos para celebrar, mais uma vez, e colocar suas conquistas e legado em evidência por ocasião do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Entre as que merecem homenagem, que reforçam a importância do legado e da história e presença negra neste país, está Maria de Lourdes Vale Nascimento (1924-1995), professora, assistente social, intelectual, ativista e colunista do jornal *O Quilombo*, que contribuiu e sedimentou espaço para as comunicadoras negras. É importante registrar que 55 anos antes da abolição da escravatura no país, surgia na cidade do Rio de Janeiro o primeiro jornal de mídia negra do Brasil, o periódico *O Homem de Côr*, em 14 de setembro de 1833. Entre os principais veículos de imprensa negra no século 19 estão *O Homem de Côr* (Rio de Janeiro,1833), *O Brasileiro Pardo* (Rio de Janeiro, 1833), *O Homem* (Recife, 1876), *A Pátria* (São Paulo, 1889), *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892) e *O Progresso* (São Paulo, 1899).

No século seguinte, após a primeira década de abolição da escravatura, a mídia negra ganhou novo caráter, o associativismo, a multiplicidade de perspectivas num mesmo momento, fases do movimento negro, esforço coletivo de produção de conhecimento, intensificação dos diálogos internacionais e as vozes femininas, como ensina Ana Flávia Magalhães Pinto, também comunicadora, historiadora e professora na Universidade de Brasília (UnB).

No século 20, se destacam os veículos como *O Alvorada* (Pelotas, 1907), *O Menelick* (Rio de Janeiro, 1916), *A Rua* (São Paulo,1916), *O Bandeirante* (1918), *O Kosmos* (São Paulo, 1922), *Elite* (São Paulo, 1924), *Getulino* (1924), *O Clarim* (São Paulo, 1924), *A Voz da Raça* (1933), *Quilombo* (1948), *Cruzada Cultural* (São Paulo 1950), *Tição* (Porto Alegre, 1978) e *Maioria Falante* (1987).

Foi nesse momento que as mulheres começam a "aparecer" na mídia negra. Segundo a pesquisadora Mariana Pereira de Almeida Mello, negra paulistana, o lugar destinado para a mulher negra na mídia (jornal), no início do século 20, não era prioritariamente o de autora das próprias histórias. Pelo contrário, na maioria dos casos, era idealizada e descrita por homens e, nesse discurso, eram frequentes as recomendações de como as mulheres negras deveriam ser e se comportar.

Obviamente, as mulheres não aceitaram facilmente esse papel ou lugar e, ainda que, em raros momentos, se atrevessem a colaborar com essas publicações produzindo conteúdos, assumiram papel relevante na condução dos eventos promovidos pela mídia negra daquela sociedade. Essas mulheres não estavam passivas e buscaram lugar de destaque e de tomada de decisões nos processos que levaram à constituição e permanência da mídia negra brasileira.

Retomando a discussão sobre a presença feminina na mídia negra, a pesquisadora Giovana Xavier, em artigo sobre Maria de Lourdes Vale Nascimento, resumiu a atuação da jornalista, intelectual, no jornal a partir de três perspectivas ou movimentos: "Conectar a raça ao feminino; manipular símbolos femininos universais (brancos) em prol da construção de uma identidade particular para o feminino negro e a luta por um tratamento equivalente ao recebido pelas mulheres brancas".

Maria de Lourdes foi uma pioneira, uma referência para outras e fundamental para a construção do significado do feminino negro por meio da imprensa. Ela usou a mídia negra para construir um lugar e papel para as mulheres negras, mas também lançou mão de estratégias de comunicação e semiótica para disseminar seu pensamento e articular as mulheres de "cor" no espaço impresso da coluna "Fala à Mulher", as quais tratava como "amigas leitoras" e "patrícias de cor".

Neste mês do 8 de Março, celebrar a existência de mulheres como ela é uma oportunidade para, mais uma vez, demonstrar e dar visibilidade a capacidade das pessoas negras e, especialmente aqui, das mulheres negras, em contribuir estrategicamente e com êxito para a utopia do bem viver de todos. Viva Maria de Lourdes Vale Nascimento e toda a geração de mulheres negras comunicadoras que vieram antes e virão depois dela.

Qual é o lado do Senado?

» KAREN FRIEDRICH
Biomédica doutora em saúde pública, servidora da Fiocruz e da Unirio e membro do GT saúde e ambiente da Abrasco

» MARILENA LAZZARINI
Engenheira agrônoma, presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Enorme responsabilidade pesa sobre o Senado após decisão abominável da Câmara a favor do PL nº 6299/2002, o "pacote do veneno", em fevereiro último, apoiado pelo governo. Instituições científicas, Anvisa, Ibama, Fiocruz, Instituto Nacional do Câncer (Inca), além de centenas de organizações da sociedade, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal e do Trabalho se manifestaram contra.

Espera-se que o Senado leve em conta a gravidade da situação atual e o absurdo que representa o afrouxamento do marco legal, como propõe o PL. Nas duas últimas décadas, o uso de agrotóxicos cresceu exponencialmente, sem aumento proporcional da área cultivada; e o governo liberou mais de 1.500 agrotóxicos e componentes afins, incluindo vários proibidos por serem portadores de riscos à saúde e ao ambiente. Mais de 80% dos princípios ativos aqui usados não têm autorização em pelo menos três países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Agências reguladoras internacionais consideram mais de 60% deles cancerígenos, desreguladores hormonais ou reprodutivos.

A lei em vigor, de 1989, proíbe o registro de produtos com potencial de causar malformações fetais, câncer, mutações genéticas e distúrbios hormonais. No entanto, há um enorme passivo de moléculas registradas antes da sua vigência e que, mesmo diante de fartas evidências científicas sobre seus efeitos nocivos, nunca passaram por uma revisão. A forte pressão de setores interessados nesse status quo explica essa inércia, ajudada por carências de laboratórios, fiscalização, sistemas informatizados de receituários agronômicos, dados de comercialização e notificação de intoxicações. Mas isso poderá piorar, pois o PL quer excluir tal proibição, estipulando que caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) dar a palavra final se os riscos previstos são aceitáveis ou não.

Doenças como o câncer ou alterações hormonais são causadas pela exposição a quantidades pequenas presentes nos alimentos e na água que consumimos diariamente. Pesquisa do Idec encontrou, em 2021, resíduos de agrotóxicos em 16 de 27 alimentos ultraprocessados, consumidos por crianças, sendo que, em um deles, foram detectados oito resíduos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) detectou, em 2019, resíduos na maior parte dos alimentos in natura analisados e, em mais de 30%, flagrou misturas dessas substâncias, cujos danos são ignorados pelas autoridades. Em 1% das amostras, os níveis de contaminação eram tão altos que poderiam desencadear, logo após o consumo, sintomas agudos como diarreia, náusea, vômito e dor de cabeça.

O atual arcabouço regulatório precisa ser aperfeiçoado, não afrouxado, como propõe o PL, que quer concentrar a decisão sobre o registro ou proibição de um novo produto no Mapa, sendo que hoje ela passa obrigatoriamente pela Anvisa e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Mapa poderá conceder registro temporário, caso as análises não se concluam em dois anos, bastando, para isso, que o agrotóxico seja usado em três dos 37 países membros da OCDE, sem importar se as condições de uso aqui forem mais precárias. Afrontando a Constituição, quer retirar de estados e municípios o poder de legislar de forma mais restritiva, mesmo que prevaleçam características locais contraindicando o uso de algumas substâncias ou práticas, como a pulverização aérea, proibida em alguns municípios e no estado do Ceará.

Enquanto países europeus, Japão e Estados Unidos fazem revisões periódicas dos produtos em uso e retiram do mercado os mais perigosos, o Brasil será um paraíso para as corporações transnacionais de agroquímicos, favorecidas em bilhões de reais por ano com a isenção de vários impostos, cujos lucros serão turbinados sem ter que investir no desenvolvimento de moléculas mais modernas e seguras para os problemas agronômicos locais. Outros bilhões de reais serão gastos anualmente para tratar as vítimas intoxicadas por essas substâncias e mitigar os danos à biodiversidade, pagos pela sociedade brasileira.

O agronegócio brasileiro que se projetou dentro do atual arcabouço legal vai perder. Países importadores em sua maioria são pressionados por cidadãos consumidores exigentes, cujas organizações representativas inclusive monitoram a tramitação do PL. Trata-se de um poderoso lobby contra a ciência, em que só ganharão os fabricantes de veneno. O relator do PL na Câmara, ao celebrar a votação disse, com desfaçatez, que "quem vai ganhar com esse projeto é o consumidor final e a sociedade brasileira".

A sociedade brasileira anseia por comida no prato, segura, saudável e produzida sem impacto ambiental. Senadoras e senadores, de que lado estão? Da saúde e da rica biodiversidade brasileira ou do lobby da morte e do veneno?

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Cobradores que não pagam o que devem

Temos aqui ataques contra a população desde 1500. No nosso caso, não é outro país autor do ataque, mas o próprio Estado brasileiros, por meio dos Três Poderes da República. Esses atores, de forma indisfarçada, vêm empreendendo o que seria uma guerra de dominação, invadindo a vida dos cidadãos e dela se apossando para seu proveito. Para tanto, lançam de sua artilharia pesada uma saraivada de bombas contra os que estão na planície, na forma de edição de medidas e interpretações de leis, que impõem a taxação crescente de impostos e tributos, de toda a ordem, que caem como chuva de obuses arrasando as possibilidades da população manter um padrão econômico mínimo e decente.

Os mísseis de carga tributária escorchante parecem dotados de uma espécie de sensor que os guia diretamente sobre as classes sociais que se amontoam no sopé da pirâmide. Em última análise, esses Poderes, por suas prerrogativas que vão muito além da razoabilidade, acabam por sufocar os civis, numa luta desigual, em que as leis escritas são capazes de pacificar.

Com isso, garantem a perpetuação do status quo, com a manutenção e o aumento dos privilégios, com proteções e regalias apenas àqueles que estão controle do país. Aumentam os gastos públicos, não em investimento diretos para a nação, mas para dotar esses nichos de poder, instâncias semelhantes a paraísos, em que nenhuma crise é capaz de atingir. Se aumentam os preços dos combustíveis, em lógicas matemáticas diversas, os efeitos negativos nos alcançam, uma vez que por seus penduricalhos de proventos estão cobertos por defesas tipo vale-combustível e outras armas.

Para essa elite, entrincheirada em bunkers de luxo aqui na capital e em outros estados, cabe à população arcar com as consequências das crises cíclicas que ele, diligentemente, fabricam. Trata-se de uma situação que, figurativamente, é também uma guerra, mas que vem perdurando por séculos e está a se agravar, à medida que aumentam os gastos do governo e de cada Poder em particular.

É de fato uma invasão não declarada, em que os áulicos têm todas as mais sofisticadas armas. À população, sob ataque permanente, resta se defender como pode. Para isso, vê-se obrigada a recorrer às armas que a criação possibilita, mantendo-se numa informalidade, em que tem que usar verdadeiras táticas de guerrilha, driblando imposições, fazendo gatos aqui e acolá, buscando meios de não ser lançada no abismo das regulações burocráticas e evitar ser sugada por impostos e taxas sem fim.

Tem-se, aqui, uma guerra na qual as armas desiguais acabam sempre por ferir os calcanhares daqueles que andam descalços. A sorte dos brasileiros — se é que se pode chamar isso de sorte — é que os próprios Poderes não se entendem entre si, o que torna a ação conjunta e coordenada do Estado contra a população algo ainda distante e até impensável no momento.

» A frase que foi pronunciada

"A maioria dos homens são maus juízes quando seus próprios interesses estão envolvidos."

Aristóteles, século 4 a.C

Níveis prata e ouro

» Milhões de inventariantes pelo país ficaram sem resposta do Banco Central em relação aos valores a receber pelo Banco Central. A instituição avisa que, em situações que envolvem questões legais, operacionais e tecnológicas mais específicas — como falecidos ou pessoas com dificuldade de obter contas níveis prata ou ouro —, serão tratadas na próxima fase do sistema. A data de início ainda será divulgada pelo Banco Central.

TJDFT

» Uma das vantagens do trabalho a distancia recai sobre a Justiça. Casos de pequena causa são resolvidos com maior celeridade. Na página do TJDF o formulário para preenchimento fica disponível para a população, que o preenche no site. A data e hora da audiência é marcada e o link para a reunião no Teams é enviado por e-mail.

Alegria

» Marcos Linhares comunica que a hora da arte voltar chegou. Anunciado o Chamamento Nacional de Brincantes, Mestras e Mestres. O Portal do Mamulengo convoca artistas de todo o Brasil para responderem à pesquisa do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste e sua cadeia produtiva. Veja os detalhes no *Blog do Ari Cunha*.

Precedente

» GDF anuncia vários concursos para a população. Na educação, Justiça. Há os que ficam desconfiados, uma vez que houve concurso, em que a regra de classificação mudou ignorando o que determinava o edital.

Cerca já!

» Desde 2003, o Decreto nº 23.911 institui o Parque Ecológico do Taquari. Cabe à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a execução de todos os projetos destinados à implantação, manutenção, vigilância e administração do Parque Ecológico do Taquari, sob a supervisão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh).

» História de Brasília

*Desesperados com as promessas dos candidatos, que lá começam a provar porque Brasília não deve ter eleição, os comerciantes da Asa Norte procuram, agora, o CORREIO BRAZILIENSE. (***Publicada em 20/2/1962***)*